

AFRICAN UNION  
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE  
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Décima Sessão Ordinária**  
**25 – 26 de Janeiro de 2007**  
**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/320 (X)**

**RELATÓRIO SOBRE O ACOMPANHAMENTO**  
**DO DIÁLOGO ÁFRICA –EUROPA**

## RELATÓRIO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DO DIÁLOGO ÁFRICA – EUROPA

No âmbito do diálogo Africa- UE, a 7 Reunião Ministerial das Troikas África – UE teve lugar aos 10 de Outubro de 2006, em Brazzaville, Congo. Essa reunião foi precedida pela Reunião de Altos Funcionários de 8 a 9 de Outubro de 2006. A Reunião passou em revista questões relacionadas com o reforço do Diálogo Africa- UE, Paz e Segurança, Boa Governação, Integração Regional, Comércio e questões pertinentes do desenvolvimento e adoptou um comunicado.

As questões debatidas e consideradas pelos Ministros da Troika foram as seguintes:

**a) Reforço do diálogo entre África e a União Europeia:** os Ministros concordaram com a necessidade de acelerar os trabalhos sobre a realização da 2ª Cimeira África – UE prevista para 2007 em Lisboa, onde a Estratégia Conjunta África- UE deve ser adoptada. A Reunião tomou nota do progresso alcançado no esboço preliminar da Estratégia Conjunta e exortou que os trabalhos fossem acelerados.

**c) Paz e Segurança:** os Ministros congratularam-se desta forma, com o progresso alcançado pelo Conselho de Paz e Segurança e com os esforços que estão a ser envidados pelas diversas partes para trazer a paz e estabilidade nos países em conflitos. A União Europeia comprometeu-se a prosseguir com o seu apoio às actividades de manutenção da paz e de pós-reconstrução da União Africana.

**c) Governação:** os Ministros sublinharam a necessidade de colaboração entre a União Africana e a União Europeia sobre uma gama diversificada de questões de governação e de melhorar a governação nos sectores público e colectivo. Notou-se também que a parte Africana está ainda a estudar a iniciativa de governação da UE. A UE manifestou a sua disponibilidade de apoiar o processo do Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (APRM), caso necessitasse de mais recursos.

**d) Integração Regional e Comércio:** os Ministros congratularam-se com as decisões da Cimeira da União Africana realizada em Banjul, sobre a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs), em particular notaram o moratório sobre o reconhecimento das novas CERs. Os Ministros reafirmaram que as Agências de Parcerias Económicas (EPAs) devem servir de instrumentos para o desenvolvimento, o alívio da pobreza e o reforço do processo da integração económica em África.

**e) Questões pertinentes do desenvolvimento:** os Ministros congratularam-se com a Posição Africana sobre a Migração e o Desenvolvimento da União Africana e registaram o resultado da Conferência Ministerial Africa- Europa sobre a Migração realizada em Rabat, aos 22 e 23 de Novembro de 2006 e do Diálogo ao Alto Nível das Nações Unidas sobre a Migração Internacional e Desenvolvimento, realizado aos 14 e 15 de Setembro de 2006, em Nova Iorque. Os Ministros concordaram em que a Conferência

Ministerial África-UE terá lugar em Trípoli, aos 22 e 23 de Novembro de 2006 e que os Altos Funcionários reunir-se-ão aos 21 de Novembro de 2006. Os documentos importantes resultantes da Conferência sobre a Migração e o Desenvolvimento serão a Declaração e o Plano de Acção. Em anexo, a cópia do comunicado emitido pelos Ministros.

O Conselho Executivo deve notar o progresso alcançado no desenvolvimento da Estratégia Conjunta África-UE e solicitar a Comissão da UA para assegurar que a tão esperada Cimeira África-Europa tenha lugar como prevista sem comprometer a participação Africana. O Conselho Executivo pode também solicitar a Comissão para consultar exaustivamente a Estratégia Conjunta e que o processo seja acelerado para que a estratégia seja apresentada na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2007.

**Comunicado Final**  
**7ª Reunião Ministerial das Troikas África-UE**  
**Brazzaville, 10 de Outubro de 2006**

No âmbito do Diálogo UE- África, a 7ª Reunião Ministerial das Troikas UE–África teve lugar aos 10 de Outubro de 2006 em Brazzaville, República do Congo. A Reunião foi precedida pela Reunião de Altos Funcionários, levada a cabo aos 8 e 9 de Outubro de 2006. A Reunião dos Ministros foi co-presidida por Sua Excelência Erkki Tuomoja, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia e actual Presidente do Conselho da União Europeia e a Sua Excelência Rodolphe Adada, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Congo e o actual Presidente do Conselho Executivo da União Africana.

Também faziam parte da Troika da UE a Srª Dorothee Janetzke-Wenzel, Directora para os Assuntos Africanos, Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Sr Stefano Manservigi, Director Geral da Comissão Europeia para o Desenvolvimento e Relações com os países ACP e o Sr Koen Vervaeke, Director para África, Secretariado Geral do Conselho da União Europeia . Além disso, o Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros de Portugal, a Sua Excelência Luís Amado foi convidado para participar.

A Troika Africana foi também constituída por Sua Excelência Dr. Iam Akol, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Sudão e o Embaixador G. O. Ajonye da República Federal da Nigéria e Sua Excelência Dr Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana.

### **PREÂMBULO**

Nos, Ministros, reunidos hoje, para avaliar o progresso alcançado desde a 6ª Cimeira Ministerial das Troikas, levada a cabo aos 8 de Maio de 2006, em Viena, Áustria, decidimos o seguinte:

Os Ministros,

- Congratulam-se com o progresso alcançado na preparação da Estratégia Conjunta UE–África e nesse contexto, concordam com a necessidade de acelerar os trabalhos sobre a realização da 2ª Cimeira Europa-África em Lisboa, em 2007;
- registaram com satisfação a Declaração Conjunta da Reunião das Comissões Europeia e da União Africana aos 2 de Outubro de 2006;
- debateram exaustivamente as situações de conflitos, em particular no Sudão e na Somália;

- tomam conhecimento da iniciativa de governação proposta pela Comissão Europeia e aguardam que as questões da governação sejam integradas na Estratégia Conjunta UA – UE;
- aguardam a realização do 1º Fórum de Negócios África–UE em Bruxelas, aos 16 de Novembro de 2006 e das Jornadas Europeias de Desenvolvimento, sendo África o tema focal;
- concordam com a necessidade de realizar a Conferência UE- África sobre a Migração e Desenvolvimento em Trípoli, Líbia, aos 22 e 23 de Novembro de 2006 e realçam a necessidade de a preparar devidamente;
- concordam em priorizar a futura cooperação na área das infra-estruturas e congratulam-se com o lançamento da parceria infra-estrutural entre a União Europeia e África, que constitui a resposta ao Plano de Acção das infra-estruturas da NEPAD/União Africana.

## **1) REFORÇO DO DIÁLOGO/ESTRATÉGIA.**

### **a) Reforço do Diálogo sobre a Cimeira de Lisboa.**

#### **Cimeira de Lisboa.**

Congratulando-se com a intensificação do Diálogo UE–África, em particular nas áreas da elaboração da Estratégia Conjunta UE–África, da migração e do desenvolvimento e cooperação em situações de conflitos, os Ministros comprometem-se a acelerar os trabalhos sobre a realização da 2ª Cimeira Europa-África em 2007, em Lisboa, onde a Estratégia Conjunta será adoptada.

#### **Cooperação entre as Comissões Europeia e da União Africana.**

Os Ministros congratulam-se com o resultado da Reunião das Comissões da União Africana e UE, realizada em 2 de Outubro de 2006, sendo uma forma de reforçar cada vez mais a parceria e com a assinatura do Acordo de Financiamento de 55 milhões de Euros para o reforço da capacidade da Comissão da União Africana, pelos Presidentes das duas Comissões. Encorajam a Comissão da União Africana, a Comissão Europeia e o Secretariado do Conselho a reforçar cada vez mais as políticas de diálogo e a trocar experiências, entre outras, através do Grupo de Trabalho da UE e da UA.

### **b) Estratégia Conjunta África – UE.**

Os Ministros tomaram conhecimento do progresso alcançado na elaboração da proposta para o esboço da Estratégia Conjunta África-UE. Os Ministros comprometem-se a elaborar um roteiro para os trabalhos subsequentes e mandatam o Grupo de Peritos composto por membros das Troikas para implementar o roteiro e apresentar os resultados na próxima Reunião da Troika em Maio de 2007. Por conseguinte, as duas

partes elaborarão depois, a estratégia que deve ser adoptada na 2ª Cimeira Europa – África em 2007, em Lisboa. Foi acordado o seguinte roteiro:

- O Grupo de peritos retomará os trabalhos sobre o esboço, baseados nos elementos até lá identificados na devida altura;
- Dar início às consultas com a sociedade civil e outros actores em todas as áreas respeitantes a Estratégia Conjunta, incluindo as reuniões apropriadas em Janeiro de 2007. Essas reuniões serão preparadas e acompanhadas por consultas via Internet;
- O Grupo de peritos deve considerar os resultados do processo das consultas em Março de 2007;
- Na base das discussões em curso tidas no Grupo de peritos e do resultado do processo das consultas, chegar-se-á, a tempo, a um consenso a volta do esboço final para que a Troika possa a considerar em Maio de 2007;
- É ponto assente que cada parte consultará necessariamente os seus Estados Membros.

c) **Padrão de Implementação Conjunta.**

Os Ministros reavaliaram as modalidades para as novas actualizações do padrão de implementação conjunta e asseguraram a recomendação da Troika de Embaixadores sobre a alteração da periodicidade quanto as actualizações subsequentes.

## **2) PAZ E SEGURANÇA**

### **Sudão/Darfur.**

Os Ministros congratulam-se com a decisão da 63ª Reunião do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana em Nova Iorque, aos 20 de Setembro de 2006, de prorrogar o mandato da Missão da União Africana no Sudão (AMIS) até 31 de Dezembro de 2006 e com as diligências iniciais feitas para a implementação do Acordo de Paz de Darfur.

Os Ministros registam com muita preocupação a situação humanitária e de segurança e solicitam que todas as partes parem com todos os actos de violência e de atrocidades no terreno e cumpram com os seus compromissos em conformidade com o Acordo Humanitário de Cessar-fogo de N'Djamena, de Novembro de 2004, os Protocolos sobre o Acordo Humanitário de Cessar-fogo de Abuja, de Novembro de 2004 e o Acordo de Paz de Darfur. Os Ministros solicitam as partes que não assinaram o Acordo de Paz de Darfur, devem o fazer sem demora.

Os Ministros apelam a comunidade internacional a apoiar a AMIS para que cumpra eficientemente o seu mandato. Congratulam-se em particular, com o apoio a ser disponibilizado pelas Nações Unidas para esse fim e aceite pelo Presidente sudanês segundo a carta oficial de 3 de Outubro de 2006, endereçada ao Secretário-geral das Nações Unidas e ao Presidente da Comissão da União Africana. Aguardam o resultado das discussões envolvendo o Governo do Sudão, as Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes e a União Africana, sobre o envio de uma missão de manutenção da paz no Darfur, de acordo com o comunicado do conselho de Paz e Segurança de 20 de Setembro de 2006.

### **República Democrática do Congo**

Os Ministros congratulam-se com a realização sucedida das eleições presidenciais e legislativas de 30 de Junho de 2006. Registam também com satisfação a cooperação entre as missões de observação eleitoral da UE e da UA bem como o apoio providenciado pela comunidade internacional, em particular a MONUC e EUFOR.

Relembrando os actos de violência eclodidos em Agosto último, os Ministros exortam os dois candidatos a realizarem a segunda volta das eleições presidenciais e a absterem-se de quaisquer actos de violência e a respeitarem o resultado final da segunda volta. Nesse respeito, manifestam também o seu apoio ao papel desempenhado pelo Grupo de Sábios.

Os Ministros exortam os dois candidatos a realizarem a segunda volta das eleições presidenciais no sentido de criar condições mais propícias à realização das eleições de 29 de Outubro de 2006. Os Ministros concordam com a necessidade de assegurar o processo até à enraização das instituições resultando das urnas bem como de contribuir para a reconstrução do país. Congratulam-se com o progresso alcançado na recuperação da confiança entre os países da região, nomeadamente no âmbito dos processos da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, do Mecanismo Tripartido + 1 e do Mecanismo de Verificação Conjunta entre a RDC e o Ruanda.

### **Burundi.**

Os Ministros congratulam-se com o acordo assinado entre o Governo do Burundi e a Palepehutu FNL, aos 7 de Novembro de 2006. Os Ministros exortam as partes burundesas a cumprirem as suas obrigações num espírito de cooperativismo e no âmbito dos Acordos que elas assinaram com vista a reforçar o processo democrático e a respeitar os direitos humanos e a facilitar o processo de reconstrução pós-conflito.

### **Côte d'Ivoire.**

Os Ministros manifestam a sua preocupação com a falta de progresso no processo de Paz, dificultando assim, a organização das eleições gerais em Outubro de 2006 como previsto na Resolução n 1633 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os Ministros congratulam-se com o trabalho desenvolvido pelo Grupo de

Trabalho internacional sobre a Côte d'Ivoire desde o seu estabelecimento em Outubro de 2005.

Depois da Cimeira da ECOWAS realizada em 7 de Outubro de 2006, os Ministros aguardam que o resultado da reunião do Conselho de Segurança de Paz da União Africana indique as vias de solução e informe a resolução a ser adoptada finalmente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Ministros manifestam a sua preocupação com a calamidade humana e ambiental causada pelo lixo tóxico vazado em Setembro, em Abidjan e congratulam-se com os esforços que estão a ser envidados para apurar as responsabilidades e ajudar as vítimas.

### **Somália**

Os Ministros passaram em revista as mais recentes peripécias na Somália. Reiteram a necessidade de esforços constantes e duradouros para estabilizar a situação de segurança e consolidar o processo de reconciliação e paz naquele país. Também reiteram o seu apoio as Instituições Federais de Transição (TFIs) bem como ao diálogo entre as TFIs e a União dos Tribunais Islâmicos (UIC), facilitado pela Liga dos Estados Árabes no âmbito da Carta Federal de Transição da Somália. Os Ministros exortam as duas partes a respeitarem os acordos vigentes assinados, a tomarem medidas imediatas para minimizar as tensões existentes e a satisfazerem as aspirações do Povo Somali à Paz, estabilidade e reconciliação.

Os Ministros congratulam-se com os esforços que estão a ser envidados pelo IGAD com a ajuda da União Africana, para garantir, através do IGASOM, o apoio securitário e o reforço da capacidade institucional às TFIs, apelando nesse respeito, a comunidade internacional para providenciar assistência e encorajar todas as partes a trabalharem em prol do processo da paz na Somália. Nesse respeito, eles exortam todas as partes para trabalharem no sentido de se alcançar um consenso mais largo na Somália.

### **Reconstrução pós-conflito e Desenvolvimento e Mecanismo Africano de Paz.**

Os Ministros sublinham a necessidade da reconstrução pós-conflito como parte dos esforços para consolidar a Paz e promover o desenvolvimento sustentável no Continente. Nesse respeito, congratulam-se com a adopção de um quadro de políticas sobre a reconstrução pós-conflito e o desenvolvimento (PCRD) pelo Conselho Executivo da União Africana, na sua sessão de Junho último realizada em Banjul, bem como com as diligências já feitas para a implementação das políticas.

Os Ministros apelam os Estados Africanos emergentes dos conflitos ao esforço sustentável, incluindo Sudão, Libéria, Burundi, RDC, RCA e os Comores. Também realçam a necessidade de reforçar a cooperação, incluindo através de intercâmbio de experiências entre a UA e a UE nesse respeito.

Os Ministros ainda congratulam-se com o compromisso da UE a apoiar o reforço das competências Africanas na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. Os apoios financeiro e técnico para a futura concepção do Mecanismo Africano de Paz e Segurança serão providenciados no âmbito do Mecanismo Africano da Paz e outras fontes de financiamento bem como os instrumentos sobre a gestão da crise da UE. Ambas as partes debateram as propostas apresentadas pela UE no quadro de apoio às competências para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CPMR) e concordam em que a futura contribuição da UA e das organizações sub-regionais para o conceito, ajudará na definição da abordagem global da UE no sentido de apoiar a agenda Africano de Paz e Segurança.

Os Ministros manifestam a sua satisfação com o apoio constante e substancial do Mecanismo Africano de Paz à Missão da União Africana na Operação do Sudão (AMIS), em particular, congratulam-se com a disponibilizado de 50 milhões de Euros, como reforço financeiro do Mecanismo bem como a promessa de 30 milhões de Euros ao AMIS, elevando o apoio total do Mecanismo Africano de Paz para 242 milhões de Euros.

### **3) GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

#### **a) Governança.**

Os Ministros concordam com a necessidade de ter em conta uma abordagem mais abrangente na governação que englobam todos os aspectos, incluindo político, institucional, sócio-económico, cultural e ambiental. Notam que o diálogo, a consulta e os incentivos para a reforma tem aparentemente mais impacto que os condicionalismos e as sanções.

Nesse contexto, os Ministros congratulam-se com o desenvolvimento da iniciativa de governação proposta pela Comissão Europeia e tomam conhecimento de que essa iniciativa está ainda a ser apreciada por parte da União Africana.

Os Ministros sublinham a necessidade de colaboração mais abrangente entre a UA e a UE nas questões respeitantes a governação, incluindo o desenvolvimento institucional e o reforço de capacidades, a promoção de eleições livres, transparentes e democráticas; o respeito pelos direitos humanos e dos Povos; constitucionalismo e o respeito pelo Estado de direito; combate à corrupção; consolidação eficiente dos sistemas da função pública; descentralização eficiente (governação autárquica) e melhoria da governação nos sectores de segurança (reforma do sector da segurança) e sectores colectivos.

#### **b) APRM.**

Os Ministros congratulam-se com o progresso constante alcançado no quadro do APRM para promover a governação em África. Também os Ministros registam com satisfação as submissões de relatórios nacionais pelo Gana, Ruanda e Quênia e

manifestam a sua satisfação com a conclusão das suas revisões pelos pares. Os Ministros registam o progresso em curso na Revisão dos Pares na Argélia, Benin, Burkina Faso, Ilhas Maurícias, Moçambique, Nigéria, África do Sul e Uganda.

Os Ministros reconhecem a necessidade urgente de recursos financeiros e técnicos para a implementação das recomendações da Revisão dos Pares e exortam os parceiros a prestarem o apoio. A parte Europeia confirma a sua prontidão para prosseguir com apoio ao processo e às reformas geradas ao nível nacional. Os Ministros reparam que, apesar de muitos países terem assinado a Revisão dos Pares, ainda não lançaram o processo por escassez de recursos e capacidade técnica. Nesse respeito, os Ministros exortam o PNUD, como coordenador dos parceiros, a encontrar os mecanismos de apoiar esses países para dar início ao processo de revisão.

### **c) Direitos Humanos**

Os Ministros reiteram o firme empenhamento na democracia, na defesa dos direitos humanos e do Estado de direito como condições básicas para a Paz, segurança e o desenvolvimento. Reiteram também a necessidade de reforçar o papel da participação da sociedade civil na promoção dos direitos humanos e na facilitação da sua teia e seu diálogo bem como da mobilização de recursos com vista a apoiar os programas relacionados aos níveis continental, regional e nacional.

Os Ministros congratulam-se com o progresso registado pela União Africana no estabelecimento das instituições que promovam e façam cumprir os direitos humanos em África, em particular o recente estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos em Banjul, Gâmbia.

Os Ministros relembram os seus debates tidos na Reunião Ministerial em Viena, onde comprometeram-se a acompanhar as situações dos países em situação alterada de Troika composta de peritos de direitos humanos de ambas as partes.

### **d) Combate a corrupção – Restituição dos bens ilegalmente adquiridos – bens culturais**

Os Ministros congratulam-se com a entrada em vigor da Convenção Africana contra a Corrupção, que reforça ainda mais a luta contra a corrupção e as práticas corruptas e promove a transparência e a prestação de contas no Continente. Também, os Ministros congratulam-se com a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), em Dezembro de 2005. Os Ministros salientam a implementação efectiva de ambas as convenções Africana e das Nações Unidas contra a corrupção e exortam as preparações informais de Conferência de Estados partes a UNCAC em Dezembro de 2006 na Jordânia, incluindo as consultas sobre a restituição dos bens, a assistência técnica e o próprio mecanismo de revisão.

No âmbito do diálogo África–UE, os Ministros reafirmam a sua responsabilidade partilhada na restituição dos bens ilegalmente adquiridos aos seus países de origem. Além disso, os Ministros apelam todas as partes interessadas a ultrapassarem os

obstáculos jurídicos e outros com vista a restituir os bens ilegalmente adquiridos aos seus países de origem em África.

Os Ministros reiteram os compromissos alcançados nas Reuniões Ministeriais sobre a restituição de bens culturais aos seus países de origem, de Viena e Bamako.

#### **4) INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO**

##### **a) Racionalização das Comunidades Económicas Regionais e Estatuto dos Acordos de Parceria Económica e Comércio Multilateral**

Os Ministros congratulam-se com as decisões da Cimeira da União Africana de Banjul, sobre a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CERs), em particular notam o moratório sobre o reconhecimento das novas CERs. Os Ministros tomam conhecimento da decisão da União Africana sobre o papel coordenador da Comissão da União Africana com as CERs para assegurar a sinergia e a harmonização óptimas de programas e políticas intra e inter-CERs. Nesse respeito, os Ministros concordam em que a racionalização das CERs contribuem para a criação de uma massa económica suficiente e máxima conducente ao fortalecimento dos mercados regionais e a promoção do estabelecimento de um mercado Africano Comum. Os Ministros concordam em que a racionalização das CERs e as negociações da EPA são processo de reforço mútuo que facilitam não só a integração mas também o aproveitamento dos envelopes regionais previstos no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Os Ministros também congratulam-se com a componente de reforço de capacidade na integração regional para a Comissão da União Africana incluída na doação de 55 milhões de Euros disponibilizada para a União Africana.

Os Ministros reafirmam que as EPA devem servir de instrumentos para o desenvolvimento, o alívio da pobreza e o reforço do processo de integração económica em África e da integração de África na globalização. Consideram que isso não deve ter efeito negativo nas negociações das EPA uma vez que se baseiam apenas nas disposições actualmente em vigor.

Os Ministros congratulam-se com a revisão das EPAs a ser feita nos termos do Artigo 37(4) do Acordo de Cotonou.

##### **b) Barreiras não-tarifárias**

Com vista a concluir com sucesso a criação dos mercados integrados, os Ministros reconhecem a necessidade de reforçar as capacidades das CERs através da concepção de um quadro jurídico adequado que regule a qualidade dos produtos e estabeleça as normas. A implementação e o respeito pelo referido quadro requer instrumentos técnicos em certas áreas tais como o controlo de qualidade e normas de higiene e fitossanitárias.

A UE e a UA trocarão também experiências sobre as formas de facilitar o comércio, agilizando os procedimentos aduaneiros e modernizando os métodos de trabalho em harmonização com as melhores práticas. Todas essas melhorias contribuirão para o reforço do ambiente de investimento.

**c) Cooperação para a criação de um ambiente favorável com vista ao aumento das capacidades produtivas e do investimento**

Os Ministros reconhecem os esforços desenvolvidos pela África para reorganizar e desenvolver o mercado Africano das mercadorias, a Comissão da União Africana coordenará, geralmente, os esforços para criar um ambiente económico favorável com vista a atrair os investimentos internos e externos. Os Ministros, também salientam a necessidade de acrescentar valores aos produtos Africanos e de encorajar esforços de políticas que contribuem para esse objectivo.

**d) Desenvolvimento do Sector Privado e Fórum de Negócios.**

Os Ministros registam com satisfação o progresso alcançado na preparação do 1º Fórum de Negócios UE–África a ter lugar aos 16 de Novembro de 2006 em Bruxelas, Bélgica. Os Ministros notam o desejo de sincronizar a realização desse Fórum com outros Fóruns, tal como o Fórum do Sector Privado da União Africana. Os Ministros aguardam a realização das Jornadas Europeias de Desenvolvimento em Bruxelas aos 13 e 17 de Novembro e congratulam-se com o seu foco sobre África.

**5) Questões importantes de Desenvolvimento.**

**a) Migração e Desenvolvimento.**

Os Ministros congratulam-se com a disponibilidade da Líbia de albergar a Conferência Ministerial África–UE sobre a Migração e Desenvolvimento em Novembro de 2006 e concordam em que a Conferência tenha lugar aos 22 e 23 de Novembro de 2006, em Tripoli precedida da Reunião de Altos Funcionários. Os Ministros ainda notam que a Reunião Preparatória de Peritos das Troikas alargadas da UE e da UA, patrocinada pela UE, reunir-se-á aos 26 e 27 de Outubro de 2006 em Malta. Os Ministros concordam em que o resultado da Conferência deve ser a Declaração Conjunta África– UE, uma acção substancial orientada com um mecanismo adequado de acompanhamento.

Nesse contexto, os Ministros congratulam-se com a posição comum sobre a migração e desenvolvimento da UA e notam o resultado da Conferência Ministerial Euro-Africana sobre a Migração e o Desenvolvimento organizada em Rabat, de 10 a 11 de Julho de 2006 e o resultado do Diálogo ao Alto Nível das Nações Unidas sobre a Migração Internacional e o Desenvolvimento realizado em Nova Iorque, aos 14 e 15 de Setembro de 2006.

**b) Gripe Aviária**

Os Ministros registam com preocupação o atraso na mobilização de recursos financeiros (30 milhões de Euros) prometidos em Beijing e confirmados em Viena para apoiar as actividades Africanas sobre a gripe aviária. A parte da UE reconhece o atraso e reafirma o seu empenhamento no sentido de fazer progresso notável antes da Reunião Global agendada para os dias 6 e 7 de Dezembro de 2006 em Bamako, Mali.

**c) Meio Ambiente e Agricultura**

Os Ministros comprometem-se a delinear estratégias conjuntas nas áreas de agricultura e meio ambiente incluindo a integração das questões agrícolas e ambientais no programa de desenvolvimento Africano.

Também, os Ministros concordam com a necessidade de trocar documentos sobre as políticas relevantes na agricultura tais como a Proposta para a Parceria Pan-africana sobre o Desenvolvimento Agrícola (PAPA), o Programa temático sobre a Segurança Alimentar (FSTP) por parte da União Europeia e a conclusão de um estudo sobre os mercados comuns Africanos e as questões respeitantes aos documentos e o sua calendarização para as consultas sobre questões agrárias por parte de África.

O intercâmbio de “know how” e de experiências de políticas reforçará a capacidade da União Africana na área de recursos ambiental e natural com foco especial no enriquecimento da perícia nos aspectos-chave tais como: (i) desertificação e degradação das terras: (ii) alterações climáticas: (iii) medidas de redução de risco de calamidades naturais: (iv) monitorização do meio ambiente (v) uso sustentável de recursos marinhos, costeiros e em água potável: (vi) gestão sustentável das florestas: e (vii) relacionamento conflito-meio ambiente.

**d) Infra-estruturas e Energia.**

A Comissão Europeia informou a Reunião do lançamento da parceria das infra-estruturas UE-África em Julho de 2006, que e a resposta da UE ao NEPAD, Plano de Acção de Infra-estruturas a curto prazo. Os Ministros congratulam-se com a parceria que apoiará os programas nos sectores de transporte, energia, água e higiene e das ICTs, que facilitará a interconectabilidade aos níveis continental e regional. Foram identificadas acções a curto prazo em prol da parceria incluindo o apoio institucional, as actividades sectoriais e operacionais e os projectos pilotos.

Os Ministros notam a formulação planificada das políticas e dos Planos Mestres de parceria para alguns sectores infra-estruturais importantes e congratulam-se com a cooperação existente entre as Comissões da UE e UA nesse respeito. Esses planos mestres visam o estabelecimento de acções prioritárias incluindo as conexões falhadas para assegurar a interconectabilidade em África.

Os Ministros congratulam-se com o estabelecimento do Fundo Fiduciário Infra-estrutural da UE-África como um instrumento inovador, aberto as contribuições dos Estados Membros da UE e outros parceiros que ajudam a atrair investimentos nas áreas de infra-estruturas em África. e registam o papel que as instituições Africanas e actores desempenharão na operação desse Fundo.

Baseando nas discussões tidas entre as duas Comissões, os Ministros notam os trabalhos em curso no seio da UE, sobre a revisão estratégica da energia na Europa. Comprometem-se a reforçar o Diálogo político UE-África sobre a energia e apelam por uma parceria global de energia Europa-África, incluindo a exploração sustentável de recursos.

#### **e) Investimento nas Pessoas: Emprego e Saúde Pública**

Os Ministros registam com preocupação o problema respeitante à taxa elevada de desemprego que afecta a maioria dos Estados Africanos e as suas consequências colaterais da migração ilegal, abuso de drogas, crimes e outras repercussões sociais. Sublinham a necessidade de lidar com as questões de desemprego dos jovens. Nesse respeito, os Ministros concordam em que as duas questões prioritárias e relevantes para a futura cooperação sobre o emprego e as políticas sociais, que tem ligação estreita com a migração e o desenvolvimento, possivelmente em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho são:

- (i) Acompanhamento e implementação da Declaração de Ouagadougou de 2004 e o Plano de Acção sobre o emprego e o alívio da Pobreza em África, sendo o emprego decente o foco principal.
- (ii) Aconselhamento dos peritos para apoiar o desenvolvimento em curso dos quadros regionais para os programas das políticas integradas em África.

Os Ministros também salientam a necessidade de priorizar o desenvolvimento das competências dos jovens e do emprego como meios de travar a migração da mão-de-obra e o crime.

Os Ministros congratulam-se com a promessa da UE de apoiar o Programa Nyerere, um Esquema de programa de intercâmbio de estudantes em África bem como o apoio complementar providenciado no âmbito do Programa Erasmus Mundus que permite aos estudantes Africanos melhor formados deslocarem-se a Europa para a frequência de cursos de pós-graduação. Preocupada com o crescente fardo das doenças em África, particularmente devida a VIH/SIDA, malária, tuberculose e outras doenças transmissíveis, a UE compromete-se a ajudar a União Africana a desenvolver e implementar um roteiro sobre o acesso universal e sustentável à prevenção, ao tratamento, aos cuidados de saúde e ao apoio, previsto na Declaração de Gaborone (2005) e no Apelo a Acção de Abuja (2006).

**f) OUTRAS QUESTÕES.**

Ambas as partes trocaram informações sobre outras actividades em curso com outros parceiros, em particular sobre a Cimeira UE-China sobre a África, o Fórum África - América do Sul, o Fórum África – China e as Parcerias Estratégicas com a Índia, o Brasil e a China.

Os Ministros congratulam-se com os compromissos desses outros parceiros ao desenvolvimento de trabalharem em conjunto em prol da estabilidade e do desenvolvimento sustentáveis. Ambas as partes também, reconhecem a necessidade de todos os parceiros reforçarem a sua partilha de informações e de comunicação com vista a promover a eficácia da ajuda.

A parte Africana manifesta a sua preocupação com a questão de imigração e da liberdade de circulação relacionada com as condições de entrada e residência nos países Schengen.

A parte Africana solicita que a questão seja agendada na próxima Reunião Ministerial da Troika. A parte Europeia toma nota da solicitação.

Os Ministros comprometem-se a realizar a 8ª Reunião Ministerial das Troikas Africanas e da União Europeia a 15 de Maio de 2007, em Bruxelas.

Pela parte Africana

Pela da União Europeia

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2007

# Report on the follow-up of Africa-Europe dialogue

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4442>

*Downloaded from African Union Common Repository*